



A ÚLTIMA INQUISIÇÃO NA AMAZÔNIA COLONIAL: RELAÇÕES DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES FEITICEIRAS (1763-1769)

Matheus Silva Costa¹ – Unifesspa
matheuxsc@hotmail.com

Marcus Vinícius Reis² - Unifesspa
marcus.reis@unifesspa.edu.br

Agência Financiadora: UNIFESSPA/PNAES

Eixo Temático/Área de Conhecimento: História do Brasil

1. INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1763 a 1769, a Amazônia Colonial foi tornada sede da última visitação inquisitorial ocorrida no Império português. Além disso, estes seis anos concentraram o maior número de denúncias referentes ao delito da feitiçaria desde 1591 – ano da primeira visitação, estabelecida nas Capitanias do Nordeste. A “última inquisição” – termo utilizado por Yllan de Mattos (2012) – registrou 26 denúncias, segundo registro do autor, sendo as práticas de “feitiçaria, práticas mágicas e pacto demoníaco” (MATTOS, 2012, p. 133) as que representaram a maior recorrência de denúncias. Para Maria Olindina (2010, p. 74), este número foi de 38 denúncias, com maior concentração para os anos de 1763-64. De todo modo, ambos os registros evidenciam a visível inversão do clássico quadro de denúncias referentes ao contexto inquisitorial português, historicamente voltado ao criptojudaísmo. Nota-se, portanto, que a visitação encabeçada pelo padre Giraldo José de Abanches representou um movimento inverso na América portuguesa e em que a crença nas práticas mágico-religiosas, largamente entendidas por leigos e religiosos como sendo práticas de feitiçaria, não foi compatível ao interesse das autoridades inquisitoriais em repensar o próprio entendimento jurídico desse delito.

Consiste nos livros de denúncias e confissões produzidos durante essa visitação, além de alguns processos estabelecidos a partir desses relatos, o ponto de partida para o objetivo deste projeto. Em linhas gerais, as propostas que se seguem pretendem analisar as trajetórias das mulheres que foram denunciadas e/ou processadas durante a visitação de 1763 por terem angariado fama de se relacionarem com o Diabo. Busca-se defender que a feitiçaria lhes serviu como instrumento de reconhecimento social e como sustentação para as denúncias e processos resultantes dessa visitação, tornando-se aspecto fundamental para a construção das suas identidades de gênero como mulheres feiticeiras.

2. MATERIAS E MÉTODOS

Tendo em vista uma melhor forma de contemplar os objetivos deste projeto, o seu desenvolvimento utilizou-se de uma metodologia de análise quantitativa e qualitativa, que examinou a documentação relacionada ao tema a fim de compreender como foram performadas as identidades de gênero dessas mulheres feiticeiras. Metodologia essa estruturada a partir de uma divisão por etapas de trabalho. Sendo assim foram pensadas duas fases, com duração de 3 meses para a primeira etapa e 4 meses para a segunda, sendo ambas justificadas pela tipologia da documentação que foi analisada.

Para a primeira etapa, intitulada **Análise dos discursos normativos direcionados aos padrões de masculinidade e feminilidade na Época Moderna**, foi proposta a leitura bibliográfica, a identificação e análise dos principais tratados religiosos e seculares que versaram sobre o delito da feitiçaria entre os séculos XVI e XVIII, o mesmo foi feito na documentação jurídica que orientou a atuação dos visitadores. Os materiais para essa fase são:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – IHGB. Os Regimentos da Inquisição. Revista IHGB, Rio de Janeiro, ano 157, n. 392, p.495-1020, jul/set. 1996;
MARCOCCI, Giuseppe. A fundação da Inquisição em Portugal: um novo olhar. Lusitânia Sacra, n. 23, p. 17 - 40, 2011;
MARCOCCI, Giuseppe. A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII). Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2012. p. 1-37;

¹Graduando em História - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

²Doutor em História - Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FAHIST/ICH/Unifesspa). Integro o Programa de Pós-Graduação em História.



PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Cadernos Pagu, n. 4, p. 9-28, 1995;
 SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995;
 SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). A escrita da História. Novas perspectivas. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63-96.
 LAPA, J. R. Amaral. Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769). Petrópolis: Vozes, 1978.
 MATTOS, Yllan de. A última Inquisição: Os meios de ação e funcionamento do Santo Ofício no Grão-Pará pombalino (1750-1774). Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 89-176.

Seguindo para a segunda etapa, que foi nomeada como **Interseccionalidade e as mulheres – e/ou processadas – a partir do delito da feitiçaria**, foi proposto um levantamento das denúncias e confissões realizadas contra as mulheres acusadas de se relacionarem com o Diabo e de serem feitiçeras nos espaços em que estavam inseridas. Para isso, serão analisadas as seguintes fontes: *Livro da Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará – 1763-1769*. Apresentação de José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1978. A partir dessa documentação, será feita a identificação e análise dos processos contra as mulheres feitiçeras, que foram estabelecidos pelo Tribunal do Santo Ofício a partir dos relatos registrados pelas autoridades inquisitoriais durante a vigência de cada visitação. A partir da noção de interseccionalidade, foram mapeados os perfis individuais de cada mulher denunciada e/ou processada, separando-as por “qualidade”, “casta”, “raça”, “cor” e “condição”. Tudo isso nos possibilitou a produção de um banco de dados referente às mulheres feitiçeras que foram denunciadas e/ou processadas a partir da visitação de 1763.

Serão confeccionadas, também, fichas catalográficas para sistematizar as fontes, como o modelo abaixo:

Data	
Confessante	
Genealogia	
Idade	
Naturalidade	
Localidade onde mora	
Ocupa�o	
Denunciado(a)	
Informa�es complementares	
Autoridades presentes	

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

At e o momento, tendo em vista que os trabalhos ainda estão na primeira fase, foram analisadas diversas bibliografias acerca dos assuntos supracitados. Dividido em subtemas, *A funda o do Santo Ofício em Portugal* foi o primeiro, no qual trabalhamos dois textos do Giuseppe Marocci, o primeiro apresenta novas informa es sobre o contexto da inser o do Tribunal do Santo Ofício em Portugal (1536). Oferece uma nova interpreta o, apresentando aspectos decisivos que passaram despercebidos, como   o caso da pressão exercida pela Inquisi o espanhola para perseguir cristãos-novos. O segundo artigo mostra a primeira tentativa de reconstru o das estratégias de difusão do tribunal da Inquisi o nas diferentes regiões do Império português durante o século XVI.



Seguindo nos subtemas, vem *A História das mulheres e a virada do gênero*, exemplificados pelos textos importantíssimos das historiadoras Michelle Perrot e Joan Scott. O texto de Perrot sobre a história das mulheres diz respeito a superação de problemas, como as fontes, e ao criticar esse universo machista, faz com que aja uma problematização e traga o olhar para uma historiografia feminina, conquistando seu espaço pouco a pouco e que o fator decisivo para essas mudanças, na França ou em qualquer lugar, foi o movimento das mulheres. Desenvolvido a partir de 70 na França com a criação do Mouvement de Libération des Femmes (MLF). Embora, a preocupação inicial do movimento não era a escrita da história das mulheres, obteve respostas imediatas nesse âmbito. No texto de Scott, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. Nos anos 80, a substituição de “mulheres” por “gênero” visa uma maior erudição, legitimidade acadêmica a fim de obter reconhecimento político nos estudos feministas, englobando homens e mulheres na mesma perspectiva, sem haver exclusões pelo sexo.

Seguimos então para a Inquisição no Grão-Pará, onde trabalhamos nos textos de J. R. Amaral Lapa e Yllan de Mattos. Ambos os textos são relacionados ao mesmo assunto, só mudam os cortes temporais. Seus escritos mostram como era o funcionamento do Santo Ofício na região norte acerca das mulheres feiticeiras, a perseguição feita contra elas. Mattos problematiza o “relaxamento” no âmbito das denúncias feitas ao Santo Ofício do Grão-Pará, por não haverem distinções entre cristãos-novos e velhos, o que era comum por exemplo, na Coroa Portuguesa, expõe também que mesmo a Inquisição caçando “feiticeiras”, era comum no cotidiano do Grão-Pará, como é o caso da índia Sabina, popularmente conhecida, mas ainda assim transitava e era solicitada para localizar e desfazer malefícios, um caso emblemático, de fato, mesmo com processos abertos no Santo Ofício ela agiu por cerca de 20 anos, índios eram livrados de castigos da Inquisição por serem considerados de natureza bárbara e selvagem, onde inquisidores acreditavam que a Santa Fé Católica era necessária para sua salvação.

Esses são “os resultados que alcançou no seu conjunto a Mesa Inquisitorial durante os seis anos de funcionamento em Belém, a colheita resultou em 12 feiticeiros, 9 feiticeiras, 5 blasfemos, 5 curandeiros, 4 curandeiras, 4 sodomitas, 5 bigamos sendo uma mulher, 2 hereges sendo uma mulher e um caso apenas de um senhor denunciado por prática de castigos corporais em seus escravos.” (LAPA, 1978, p. 32). Também destaco que: “do total geral de pessoas que aparece, citadas no Livro da Visitação, e isso importa sobretudo para um possível estudo da estrutura da população paraense, 353 são brancos, 55 índios, 42 negros escravos, 17 mamelucos, 6 cafusos e 12 mulatos.” (LAPA, 1978, p. 33). Segundo Yllan de Mattos: “a atuação do Santo Ofício nas terras do norte da América portuguesa carece de estudos aprofundados fora do período da Visitação. E mesmo nessa, não há pesquisas que se inclinem sobre toda a atividade da mesa em Belém. A dissertação de Maria Olindina de Oliveira, defendida na Universidade Federal do Amazonas após a apresentação deste estudo, vem dar luz a algumas dessas questões. A autora construiu uma base de investigação com dados extraídos de documentos diversos, a saber: processos, cadernos do promotor, inquirições de testemunhas, cadernos do nefando e do solicitante e, por fim, o livro da visita.” (MATTOS, 2012, p. 159)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconfiança social para com as mulheres e o modo como a mesma adquire contornos de histeria quando está associada à feitiçaria/bruxaria, é um processo inserido na longa duração, sendo marcado por fortes traços misóginos e sustentado pelo modo como os indivíduos, historicamente, tem se posicionado quanto às funções que os homens e as mulheres devem assumir na sociedade. Anne Barstow (1988, p. 9), por exemplo, defendeu que a perseguição à bruxaria no Ocidente europeu ganhou força e amplitude na medida em que foram consolidados os mecanismos de controle da vida reprodutiva e sexual das mulheres. Por sua vez, Jean Delumeau (2009, p. 463), um dos principais historiadores sobre o medo no Ocidente europeu, destacou a longa associação referente ao binômio mulheres/Diabo, chamando a atenção para a importância que o judaísmo bíblico e o classicismo grego adquiriram na consolidação desse sentimento de desconfiança, uma vez que a “veneração do homem pela mulher foi contrabalançada ao longo das eras pelo medo que ele sentiu do outro sexo”. Com o avançar das reformas religiosas – protestante e católica –, esses traços misóginos que marcaram a relação dos homens para com as mulheres, ganharam maior força e foram sistematizados não apenas por um discurso religioso e secular, mas, também, por uma série de dispositivos normativos que passaram a vigorar a partir da Época Moderna.

Entretanto, o cuidado na compreensão sobre o que significa e significou a misoginia nos mais diversos períodos, de modo que esse conceito não seja tratado a partir de uma percepção monolítica, impede que a história de Fabiane Maria de Jesus seja analisada como uma simples extensão desse fenômeno milenar. Não há um patriarcado universal, conforme problematizou Judith Butler (2016, p. 21), uma vez que isso implicaria em homogeneizar a noção de “mulher” e, por consequência, reduzir as “interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas”. Por outro lado, e a própria filósofa trata de fazer essa ressalva, questionar a universalidade do patriarcado não significa relativizar a sua existência, mas possibilitar ao pesquisador o entendimento de que não há uma “noção transcultural de patriarcado” (BUTLER, 2016, p. 72), ou seja, a dominação masculina, embora hegemônica,



não possui um modelo homogêneo de atuação. Assim, é no reconhecimento dessa diversidade, e não na pretensão de visualizar uma dominação universal, que é possível refletir sobre como a misoginia é capaz de transitar entre os mais diversos contextos. Por sua vez, essa mesma diversidade de instrumentos normativos, bem como do sujeito “mulheres”, possibilita entender o modo como foi construída a relação entre as mulheres e a presença do sobrenatural para além das interpretações oficiais e dos discursos que buscaram associá-las de forma negativa a esse universo. Portanto, este projeto busca investigar o que se sabe dessas mulheres que foram publicamente acusadas de se relacionarem com o Diabo, para além dessas representações e interpretações que sustentaram a perseguição a elas? Como entender essas trajetórias no século XVIII, na Amazônia Colonial, sem contaminar as análises com as mesmas desconfianças sociais referentes às mulheres e que, por vezes, as interpretaram de modo negativo, encarando-as de forma enviesada como grandes feiticeiras e/ou bruxas?

Para que essas questões sejam respondidas, as propostas deste projeto defenderão as mulheres feiticeiras como uma identidade de gênero historicamente interpretada e performatizada, considerando a existência da misoginia e do patriarcado como reflexos de uma percepção enraizada das sociedades acerca dessas mulheres. Para isso, o recorte temporal utilizado neste trabalho será o século XVIII, período marcado pela persistência dos principais elementos que caracterizaram o fenômeno em questão: a consolidação e ampliação das reformas religiosas; a continuidade de uma nova misoginia surgida no século XVI, segundo o que defendeu Elspeth Whitney; a vigência do conceito de “bruxaria satânica”, conforme apontou Michael Bailey (2002 p. 121), ou seja, o pacto diabólico se tornou condição fundamental para a perseguição encabeçada pelas autoridades civis e religiosas; a relação entre a amplitude dessa perseguição e o crescente interesse das estruturas de poder em controlar a sexualidade e a vida das mulheres (2002 p. 121); e, por fim, o crescente interesse dos indivíduos em temas voltados à “magia e ao irracional” como componentes centrais das subjetividades na Época Moderna (ROPER, 2005, p. 5).

A valorização das mulheres como agentes, e não apenas como vítimas desse fenômeno, também indica a atualidade do tema em questão. Ou seja, significa o reconhecimento da importância das dinâmicas de gênero para a estruturação desse fenômeno, incluindo aí o modo como os indivíduos atuaram nesse contexto. Nesse sentido, as mulheres feiticeiras passam a ser compreendidas como exemplos de indivíduos que subverteram as normas de gênero pretendidas pelas estruturas de poder, uma vez que elas assumiram escolhas que fugiram dos padrões de feminilidade prescritos pelas normas vigentes. Assim, essas mulheres passam a adquirir protagonismo em um fenômeno que, por décadas, foi analisado a partir da ótica masculina. Sendo assim, o conceito de mulheres feiticeiras será utilizado neste trabalho como uma identidade de gênero capaz de possibilitar ao pesquisador a caça às bruxas ultrapassar a superfície desse fenômeno, valorizando as relações de poder e a agência das mulheres diante de um contexto amplamente repressivo. Em tempos de um crescente sentimento de misoginia, além de uma ampla tentativa – incluindo dos próprios governantes – de alimentar um negacionismo histórico acerca dos acontecimentos envolvendo as minorias, a proposta do presente artigo parte da necessidade em problematizar esses tempos de crise, bem como as narrativas construídas, defendendo que as crises devem ser entendidas a partir dos excluídos da história.

REFERÊNCIAS

- BAILEY, Michael. The Feminization of Magic and the Emerging Idea of the Female Witch in the Late Middle Ages. *Essays in Medieval Studies*, v. 19, p. 120-134, 2002.
- BARSTOW, Anne. On Studying Witchcraft as Women's Story. *Historiography of the European Witch Persecutions. Journal of Feminist Studies in Religion*, v. 4, n. 2, p. 7-19, 1988.
- BETHENCOURT, Francisco. O imaginário da magia: feiticeiros, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998.
- DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente. 1300-1800. Uma cidade sitiada. Trad. de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.
- MATTOS, Yllan de. A última Inquisição: os meios de ação e funcionamento do Santo Ofício no Grão-Pará pombalino. 1750-1774. Jundiá: Paco Editorial, 2012.
- MELLO E SOUZA, Laura de. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- VAINFAS, Ronaldo. Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.